

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 1378/94

Alterada e Revogada pela Lei Municipal nº 2781/2011

1 Ata da reunião de Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família.

2 Ata da reunião da ICS-PBF, realizada no dia 09 de abril de 2021, via plataforma digital SKYPE, que
3 contou com a presença de conselheiros conforme lista abaixo, do Sr. Leandro Lapetina Freire –
4 Secretário Executivo CMAS, Sra. Tainara Garrido – SEATAC:

COMISSÃO IV - ICS-PBF	GOVERNO	ORGANIZAÇÃO SOCIAL	TRABALHADOR	USUÁRIO	CONVIDADO
Rodrigo Salvador Lachi - SEDS	P	***	***	***	***
Samanta Lima Venâncio	P	***	***	***	***
Tarciana Vasconcelos da Silva - SMS	P	***	***	***	***
Nádia Alexandre de S. Queiroz dos Santos - SMS	Justificado	***	***	***	***
Angélica Egler Graça Gomes - SEDUC	P	***	***	***	***
Beatriz Gomes - CAMPS	***	Justificado	***	***	***
Marciléia P. de Oliveira - SÃO VICENTE DE PAULO	***	P	***	***	***
Hagnis Cavalcanti	***	***	***	F	***
Luciléia Siqueira dos Santos	***	***	***	F	***
Iasmin Siqueira Moraes dos Santos	***	***	***	F	***
Regina Mendonça - SEDUC	***	***	***	***	P
Marilda da Paixão Isaías	***	***	P	***	***
Claudia Campos de Oliveira - SEDS	***	***	***	***	P
Maria de Lourdes Muniz Pupo - SEDS	***	***	***	***	P
Marina Carvalho Perez Pena - AEPETI	***	***	***	***	P
Vinícius Pestana - SMS	***	***	***	***	P
Anunciação Lourenço - SMS	***	***	***	***	P
TOTAL	5	2	1	3	6

5 A reunião teve início às 09h10, com o Sra. Samanta, dando as boas-vindas, faz um breve resgate
6 da última reunião que discutiu o plano de aplicação financeira do IGD-M e solicita que os presentes
7 possam colaborar com a construção das pautas a serem discutidas: Sra. Samanta aponta a
8 devolutiva sobre a prestação de contas que está prevista para ocorrer em maio; Sr. Rodrigo aponta
9 sobre a prorrogação dos prazos de averiguação cadastral por mais 180 dias; Sra. Marilda aponta
10 sobre reclamação de não acesso a novos cadastros no CADUNICO; Sra. Marina aponta a atenção
11 que o AEPETI deve ter em se apropriar da discussão do PBF e CADUNICO, principalmente em
12 relação a marcação por desinteresse, o que poderia “esconder” alguma violação de direito. Aponta
13 também sobre a subnotificação do “campo 10” do CADUNICO, pelos serviços socioassistenciais.
14 Sabe-se que os efeitos estão suspensos, mas acredita que é o momento para se pensar sobre a
15 questão. Informa ainda que os relatórios apresentados pela equipe de abordagem social mostram
16 o distanciamento da frequência escolar, principalmente pós pandemia. Sra. Claudia Campos, se
17 apresenta como Coordenadora de Gestão do SUAS da SEDS e se coloca à disposição do grupo.
18 Sra. Angélica aponta que realmente está muito difícil fazer o acompanhamento escolar,
19 principalmente dos jovens. Estão envidando todos os esforços para esse acompanhamento, pois é
20 um foco preocupante dentro da escola, independentemente de ser beneficiário do PBF ou não, mas
21 ser beneficiário preocupa ainda mais. Sr. Rodrigo passa a comentar sobre a portaria do Ministério
22 da Cidadania que prorrogou por mais 180 dias o prazo de averiguação cadastral. Lembra que este

23 grupo já havia conversado sobre essa possibilidade, contudo a expectativa era que fosse um prazo
24 menor. Em relação as condicionalidades, em razão da suspensão o não efeito destas e
25 considerando a família na fase de suspensão ou bloqueio, antes analisando as informações de
26 infrequência escolar e de saúde identificou-se alguns itens de atenção. Algumas notificações de
27 infrequência apontou-se que poderiam ser melhoradas. A SEDUC fez reunião com as orientadoras
28 para trazer a importância de atentar-se para a repercussão disso: quais os motivos que causariam
29 condicionalidades e o que não causa; a articulação com a rede para qualificação desse trabalho.
30 Sr. Rodrigo lembra que essa reunião ocorreu em fevereiro do ano passado, que teria continuidade,
31 mas devido a pandemia não houve sequência. Entende que este grupo é o espaço adequado para
32 retomada dessa discussão. Aponta que a Sra. Tarciana trouxe várias estratégias para não
33 interrupção do acompanhamento no Saúde. Informa que cada política se organizou nesse período.
34 Sra. Marina relata que pensando a retomada da educação de forma híbrida, existe a possibilidade
35 da retomada dessa ação da ICS-PBF? Por mais que esteja suspenso os efeitos e a percepção
36 trazida pela educação? Pois provavelmente só as pessoas em maior vulnerabilidade que deve ser
37 esse público. Assim como os atendidos pelo serviço de abordagem social que já tem um vínculo de
38 afastamento com as escolas. Isso já mesmo antes da pandemia. Sra. Samanta informa que
39 acompanhou as discussões na SEDUC para mapear a evasão escolar. Informa que se escolheu
40 alguns territórios específicos com evasão escolar e mais informações das famílias. Um dos
41 territórios foi o do Rádio Clube com escolas que já tinham histórico de evasão escolar. Aponta que
42 pensou-se o ensino híbrido para o foco às famílias do PBF e crianças em vulnerabilidade social.
43 Contudo aponta que a pandemia em momentos mais agravantes teve o ensino suspenso. Existe
44 esforços da SEDUC em trazer esse público para a escola. Sra. Angélica aponta que a descrição
45 feita está correta e ratifica sobre os esforços que estão sendo feitos para conquista dos evadidos.
46 A UME Pedro Crescente é um ótimo exemplo, pois está em uma comunidade complexa mesmo
47 sem pandemia. O retorno híbrido foi para conseguir acompanhar os que estavam mais afastados.
48 Assim como na UME Avelino, pois se não se consegue pelo remoto que seja pelo híbrido, garantindo
49 o acompanhamento pedagógico. Aponta que é um trabalho insano que faz parte do trabalho da
50 SEDUC. Entende que pelo menos dessa forma se consegue fazer parte da vida das pessoas, não
51 necessariamente só o acompanhamento pedagógico. Sra. Angélica reforça que a SEDUC também
52 precisa de apoio, porque não consegue os resultados que se quer. Acredita que evoluiu-se muito,
53 uma vez que não havia nada nesse aspecto. Conseguiu-se muito devido o apoio dos serviços, no
54 empenho em se conseguir resultados. Sra. Samanta questiona se há dimensão do quanto estão no
55 ensino híbrido? Sra. Angélica informa que irá verificar essa informação, mas não sabe se é uma
56 informação rápida. Lembra que o ensino híbrido é uma opção, mas que deve ser efetivada. Informa
57 que é conversado com a família, para avaliar o que é necessário. Sra. Marilda aponta que a
58 quantificação seria importante. Independente do aluno ir ou não ir, questiona se conseguem fazer
59 visita a casa das famílias? Para entender o que está acontecendo com as famílias. Foram
60 procuradas? Ou por telefone? Se estes tem internet e aparelhos para conexão? Sr. Vinicius ratifica
61 que é um problema com muitas famílias o acesso destas. Lembra que no território dos morros estão
62 unindo a comunidade para discutir justamente a evasão escolar. Entende que a limitação de opção
63 é maior do que a falta de vontade. Sra. Marina acrescentando as falas, entende que a questão da
64 reunião de território é de suma importância e que se perdeu. A rede só tem se encontrado para
65 discutir casos pontuais. Informa que na reunião do CREAS-ZN foi discutido várias vezes sobre a
66 necessidade de discussão intersetorial. Acredita que a pandemia faz com que cada serviço trabalhe
67 em ilha. Em relação à questão quantitativa de atendimento híbrido, sugere que para a próxima
68 reunião se apresente essas informações e se faça uma avaliação de impacto, para se vislumbrar
69 como seria em outros territórios. Sra. Regina informa que trabalha com o registro de frequência e
70 mesmo com a repercussão suspensa aponta que hoje são cerca de 9 mil crianças na Fundamental
71 I, inscritas no PBF. Informa que o sistema ainda não abriu e não tem como emitir os relatórios e a
72 informação que ainda tem refere-se ao ano de 2020. Sra. Marilda aponta que quando se vai até o
73 território obtém-se informações que baseiam o trabalho. Acredita que pode ser que o que se passou
74 antes da pandemia não nos dê mais resultados. Aponta que o ano de referência ainda será
75 2018/2019 para trazer para 2020/2021. Sra. Samanta pede que a Sra. Angélica fale sobre o Projeto
76 Colibri. Sra. Angélica aponta que quando os alunos não tem acesso, a principal ação foi fazer
77 contato com essas famílias e ouvi-las. Por isso no ensino remoto há atividades impressa também e
78 não parar sua aprendizagem. Informa que muitas vezes consegue-se retorno, outras não. O Projeto

79 Colibri é quem faz visita as famílias e mesmo com precaução, quando se retornou o serviço, ficou
80 uma demanda grande. Na continuidade Sra. Marilda informa que foi procurada por pessoas que se
81 queixaram por não ter acesso ao cadastro do PBF. Os serviços estão funcionando, mas a fala é de
82 que não estão no grupo prioritário. Há grupo prioritário? Como podemos trabalhar com grupo
83 prioritário se o Ministério da Cidadania diz que todos devem ser cadastrados. Por tanto a queixa
84 procede? Sra. Samanta informa que na Proteção Social Básica tem-se definido grupo prioritário
85 definido com os gestores territoriais de cadastro de todos os CRAS, que organiza o fluxo. Informa
86 que estabeleceu-se prioritários que vão mudando de acordo com a pandemia, que são: beneficiários
87 do BPC (público prioritário da Assistência Social); famílias beneficiárias de programas de
88 transferência de renda. Aponta que a redução no atendimento foi acarretado devido a pior fase da
89 pandemia. Registra que não há equipamentos com espaços e recursos humanos suficientes para
90 garantir os cuidados necessários para se evitar aglomeração. Aponta que isso não quer dizer que
91 deixou-se de se fazer o cadastro. Sra. Samanta aponta que o primeiro atendimento é feito pela
92 equipe PAIF que faz o encaminhamento para o cadastro. Informa que famílias sem perfil para o
93 PBF não são priorizadas e no período de lockdown parou-se o atendimento, mas na fase
94 emergencial retomou. Sr. Rodrigo informa que na Proteção Social Especial atende-se a população
95 de rua no CREAS-POP com os mesmos critérios de prioridade. Discutiu-se no serviço com as
96 chefias essa questão. Aponta que também foi definida prioridades dentro do CREAS-POP que
97 também pode ser revista para revalidação desse processo. Sra. Tarciana aponta que considera
98 importante a discussão desse tema, pois realmente está com dificuldades para acessar os CRAS.
99 Sra. Marilda aponta que respeita os trabalhadores que não tem espaço, mas que a família tenha
100 uma agenda para ser incluída. A forma informada as famílias precisa ser revista. O próprio Governo
101 Federal está flexibilizando. Não conseguimos pensar CADUNICO ser feito de outra forma. As
102 famílias estão sofrendo. Aponta que estão com uma demanda municipal e precisa-se rever. Sugere
103 que seja feita uma regulação municipal. Como garantir o acesso a esse cadastro protegendo o
104 trabalhador e os usuários? Sr. Rodrigo aponta que em relação as atualizações e inclusões teve-se
105 4 mil cadastros atualizados e 1 mil incluídos em 2020, isso significa que ¼ de todo o cadastro foi
106 atualizada e incluída. Tem-se se feito a avaliação das alternativas dentro desse cenário de
107 pandemia incluindo tratativas com o Departamento de Tecnologia da Prefeitura, com tentativas
108 adequadas e seguras para as famílias. Registra que compartilha com a preocupação da Sra. Marilda
109 em manter o serviço importante em pleno vapor. Sra. Marilda questiona qual o público prioritário?
110 Sra. Samanta ratifica que o público prioritário são aqueles da Política da Assistência Social. Sra.
111 Marilda questiona sobre novos cadastros? Sra. Samanta aponta que são as mesmas perspectivas.
112 Sr. Rodrigo ratifica que no que diz respeito ao CREAS-POP também refere-se a beneficiários do
113 BPC; pessoas com deficiência; gestantes; beneficiários do INSS. Critérios esses que foram
114 definidos em julho do ano passado, respaldado pela Política Nacional de Assistência Social. Sra.
115 Marilda aponta que esse perfil é o menor que está nas ruas. E as pessoas estão sendo penalizadas.
116 Aponta que gostaria de que houvesse uma ajuda para esses novos cadastros. Sra. Marilda coloca
117 que o público prioritário foi definido pela gestão, mas não há orientação nacional para essa
118 definição. Sendo assim, solicita que a ICS-PBF analisa-se como dar conta dessa demanda. Acredita
119 que o número de cadastros novos deve ter caído e não está atendendo quem precisa. Sra. Samanta
120 aponta que também é uma preocupação e desde de setembro estão se debruçando sobre as formas
121 de ampliação desse atendimento. Reforça que o público não foi uma definição de gestão e sim está
122 colocado na Política Nacional de Assistência Social e discutido com os trabalhadores (gestores
123 territoriais de cadastro). Informa que também foi feita reunião com a Coordenação de Média
124 Complexidade, para priorização de famílias PAEFI, organizando um fluxo que está sendo discutido
125 com os CRAS. É um público prioritário uma vez que estão em acompanhamento pelo PAEFI,
126 esclarecendo que só não se alcança as famílias que não querem ser incluídas no cadastro. Sra.
127 Marilda aponta que ainda não se pensou sobre a demanda espontânea e questiona se o judiciário
128 terá que fazer o município tomar uma decisão? Sra. Tarciana reforça que a discussão é pertinente,
129 pois tem-se vivido na ponta as dificuldades da população. Reafirma a dificuldade de contato com
130 os serviços e deve-se pensar o acesso da população. Sr. Rodrigo lembra que sobre o atendimento
131 remoto a Portaria 368/2020 abre essa possibilidade, mas não esclarece como os municípios
132 deveriam dar continuidade. A portaria não prevê desdobramentos sobre a situação. Tem-se que
133 olhar para a capacidade operacional, pois nunca parou-se o cadastro, mas sofreu-se um impacto
134 na pandemia. Dialogou-se sobre as atualizações não necessárias e os critérios podem ser revistos.

135 Sra. Marina compartilha uma informação sobre uma live que ocorrerá dia 23 de abril com o tema:
136 “A Defesa do SUAS é Essencial para a Defesa da Vida! Defender o CADUNICO é também defender
137 o SUAS!”. Lembra que outra questão a ser refletida é sobre a circulação das famílias em tempo de
138 pandemia e questiona quantas famílias estão na lista de espera? Quantas estão sendo atendidas
139 nos CRAS? Para que se pense no planejamento da ação. Sra. Samanta informa que entende a
140 dificuldade de acesso aos números dos CRAS, pois todos estão buscando atendimento nesse
141 momento e para minimizar essa situação foi ampliado o número de linhas nos serviços além do
142 número de Whatsapp. Sra. Marilda aponta que o atendimento via remoto não é um cadastro como
143 o governo federal propõe, mas que seja feito uma relação dos que procuram o cadastro para se
144 identificar quem é esse público. Sra. Samanta informa que os CRAS tem essa informação de quem
145 busca o atendimento. Sr. Rodrigo informa que enquanto CMAS temos histórico, a ICS-PBF foi um
146 dos primeiros lugares onde se apontou que já fazia tempo que não havia novas inclusões no PBF.
147 Informa que o número de beneficiários hoje está próximo ao número do hiato da pobreza. A taxa de
148 atualização está maior do que de outros municípios e acima da média do Estado e Nacional. Sugere
149 que para a próxima reunião seja apresentado uma sistematização e evolução das informações do
150 CADUNICO realizado pela COGESUAS e que na próxima reunião de gestores territoriais de
151 cadastro seja feita essa discussão junto com a Coordenação de Atenção a População de Rua. Sra.
152 Marilda aponta que se farão vários levantamentos mas será feita alguma mudança? É depois que
153 irá se pensar uma forma de atendimento? Sra. Marilda aponta que sua função foi trazer uma queixa
154 dos munícipes. Sr. Rodrigo aponta que entende que o CMAS traz essa discussão colocada hoje em
155 pauta e a proposta é que a gestão faça apresentação para atender o colocado; para se cumprir o
156 espaço de transparência e fiscalização do PBF. Sra. Marilda aponta que quando se fala gestão,
157 refere-se que a discussão não foi feita na base. Questiona o que fazer ao encontrar uma pessoa
158 que busca a inserção no CADUNICO? que respostas dar? Sr. Rodrigo informa que de acordo com
159 as construções coletivas e com a ICS-PBF e definições da PNAS, entende-se que não se tem
160 solução mágica há uma capacidade operacional e é importante expor as informações para se
161 avançar como política pública. Aponta então que para a próxima reunião ficam como pautas:
162 Prestação de contas do IGD-M; apresentação da SEDUC sobre o formato híbrido de educação e
163 apresentação da SEDS sobre o CADUNICO. Sra. Tarciana relembra que apesar da não
164 necessidade de acompanhamento das condicionalidades da saúde, como feito no passado,
165 permanecem o acompanhamento das famílias. Seguindo a orientação do governo, em relação aos
166 grupos prioritários, mas que não impede o acompanhamento dos demais. Na medida do possível
167 se divulga essa informação para que se tenha acesso a saúde. Informa que o acompanhamento da
168 saúde também atingiu médias maiores do que do Estado e do Nacional. Sra. Samanta sugere que
169 se pense materiais de mídia para divulgação do acompanhamento da saúde e disseminar essa
170 informação. Não tendo mais assuntos a tratar, Sra. Samanta agradece a presença de todos e a
171 reunião foi encerrada às 11h20.

172

173

174

Leandro Lapetina Freire
Secretário Executivo - CMAS

177

178

179

180

181

Samanta Lima Venâncio
Coordenadora – ICS/PBF

183